



Doi: 10.4025/7cih.pphuem.727

Corpos censurados: moralismo no período da ditadura civil-militar e a literatura de Cassandra Rios

Adriane Piovezan (FIES)

Antonio Fontoura Jr. (UFPR)

Resumo: Cassandra Rios é uma das autoras de maior sucesso na história do mercado editorial brasileiro. Em suas obras, explora a sensualidade, as angústias a respeito das identidades sexuais e, de uma forma geral, discute a problemática da construção de subjetividades sexuadas, especialmente em um período em que as sexualidades desviantes eram perseguidas dentro e fora das obras artísticas. Este trabalho tem como objetivo compreender as formas pelas quais o trabalho de Cassandra Rios era representado na mídia periódica brasileira durante o regime civil-militar (1964-1985), procurando descobrir especialmente as maneiras pelas quais o corpo lésbico, considerado transgressor e presente em sua obra, era considerado atentatório a um modelo de feminilidade que se julgava adequado – uma percepção que acabaria por justificar a constante perseguição às suas obras, tornando-a a autora mais censurada do país. A partir da análise de artigos, resenhas e notícias na imprensa de São Paulo e Rio de Janeiro, procurou-se determinar as maneiras pelas quais Cassandra Rios era representada, como suas obras eram descritas, e os momentos e que seus textos e personagens eram tratados. Demonstrou-se que, de mãos dadas com sua popularidade, havia um temor do pensamento conservador nacional da sensualidade presente em suas obras, aliados ao repúdio ao corpo lésbico, desviante dos modelos normativos de sexualidade conjugal defendidos no e pelo regime ditatorial.

Palavras-Chave: Cassandra Rios; Sexualidade; Literatura.

Introdução

A responsabilidade do artista é mais séria, perigosa e delicada, pois sua mente é como um pássaro liberto que aspira a amplitude e os píncaros do Infinito. O pássaro sabe que distância o livra das chamas do sol, mas se esquece que alguém está sempre com uma tesoura aberta para cortar-lhe as asas, com uma arapuca armada para levá-lo para uma gaiola, porque entre os outros pássaros, sua plumagem, seu gorjeio, sua exuberância ou sua natureza grotesca o destacaram para a cobiça que traz intrínseca a inveja¹.

É bastante comum falar-se de “sexualidade” – assim como de “família”, “estado”, “economia” – como se fosse um conceito encaixotado, que não manteria relação com outras instâncias da sociedade². Além disso, a sexualidade é identificada, quase perfeitamente, ao conceito de privado: uma realidade íntima que não seria de interesse da sociedade. A realidade, porém, é outra. Não apenas a sexualidade está em

¹ RIOS, Cassandra. *Censura. Minha luta meu amor*. São Paulo: Global Editora, 1977. p. 9.

² PADGUG, Robert A. *Sexual matters: on conceptualizing sexuality in History*. In: PEISS, Kathy. *Passion and power: Sexuality in history*. Estados Unidos: Temple University Press, 1989.

íntimo contato com outros elementos sociais, como sua privacidade é limitada afinal, e em primeiro lugar, é o contexto social que define o que é possível e aceitável em termos de expressão dos desejos eróticos.

Este conceito, com o significado de um conhecimento sobre o ato sexual enquanto campo específico da vida humana, foi criado no final do século XIX, em um esforço para compreender as características e desvendar os mistérios do desejo erótico em homens e mulheres. Tal conceito não existia no mundo pré-burguês. O que se define hoje como elementos participantes de uma mesma realidade – intercurso, parentesco e família, gênero, etc. – não participavam da “sexualidade”, mas eram ligados a diferentes campos como economia e política³.

A sexualidade que surge destes discursos normatizadores cria determinadas subjetividades, bem como formas de assujeitamento, ao delimitar o que é devido, correto, certo – e que, portanto deve ser seguido – do que deve ser evitado por ser anormal ou monstruoso. Este dispositivo da sexualidade não apenas analisa, portanto, uma suposta sexualidade neutra preexistente na sociedade, mas além de controlá-la, também a produz. Tanto de forma positiva, quanto negativa – através de proibições, silêncios e censuras.

Em 1970, o então chefe do Departamento de Censura do Juizado de Menores, Sérgio Cardoso de Castro, convocou a imprensa para denunciar a presença de “diversos livros com linguagem pornográfica e de terceira categoria sobre lesbianismo”⁴, que pareciam surgir no Brasil. Dos 16 livros recolhidos naquele momento, três eram de Cassandra Rios: *A Paranoica*, *A Tara* e *A Volúpia do Pecado*. A “apreensão para avaliação” dos volumes revela uma concepção e uma prática que se tornarão constantes durante o regime militar: a concepção de que o lesbianismo, por si só, era algo pornográfico e, portanto, obsceno e atentatório às famílias, sendo necessária a sua exclusão dos olhos públicos; e a prática de censurar os títulos de Cassandra Rios, uma das principais autoras a explorar o lesbianismo em suas obras, o que acabará por torná-la a escritora mais censurada pelo regime.

³ HALPERIN, David. Is there a history of sexuality? In. ABELOVE, Henry. et. al. *The lesbian and gay studies reader*. Nova Iorque (Estados Unidos): Routledge, 1993. p. 418.

⁴ Censor denuncia aparecimento de livros que exploram o lesbianismo. Rio de Janeiro: *Jornal do Brasil*, 8/8/70. 1º caderno, p. 7.

O moralismo do regime militar, suportado pelo pensamento conservador de parte da sociedade do período, buscava a exclusão de um tipo específico da orientação sexual bem como um tipo particular de corporalidade – o corpo lésbico – por não apenas confrontar, mas, inclusive, ameaçar um modelo de sexualidade considerada ideal para os cidadãos. E esta perseguição ao lesbianismo não era metafórico ou disfarçado. Certamente o ministro da justiça Armando Falcão não apresentava motivações mais detalhadas além do “atentado à moral e aos bons costumes” para proibir 17 obras de Cassandra Rios durante os anos 1970⁵; porém, as razões dadas pela censura para a proibição a Copacabana Posto 6 são bastante claras: “O livro de Cassandra Rios traz mensagem negativa, psicologicamente falsa em certos aspectos de relacionamento, nociva e deprimente, principalmente pela conquista lésbica da heroína junto à madrasta e o duplo suicídio final”⁶.

E no próprio livro Copacabana Posto 6, as personagens lésbicas de Cassandra Rios deixam claro que conhecem seu lugar marginal dentro da sociedade.

Por que estão aqui? Refugiando-se? Procurando gente igual? Como alienígenas, à procura de quem saiba falar o mesmo idioma? Vocês, como eu, já recalçaram todas as piores mágoas que um ser humano pode ter. Primeiro aquela surpresa de que nossos gostos são diferentes, contrários aos bons costumes sociais, que temos que ocultá-los. Segundo, a vergonha da palavra: lésbica! Homossexuais!⁷

Este texto tem como objetivo compreender a maneira pela qual sexualidades desviantes, como o lesbianismo, tornaram-se ponto de discussão importante, durante o regime militar, em relação a determinadas visões de sexualidade, de corpo e de moral. Analisando artigos, resenhas de livros e notícias na imprensa de São Paulo e Rio de Janeiro, procurou-se determinar as maneiras pelas quais Cassandra Rios era representada, como suas obras eram descritas, e os momentos e que seus textos e personagens eram tratados. Pretende-se compreender como determinada heterossexualidade normativa, considerada “natural” do ser humano, participava dos projetos de sociedade; e que, para isso, a censura a certas formas de vivência tornava-se imperativa.

⁵ SILVA, Deonísio. Nos bastidores da censura: sexualidade, literatura e repressão pós-64. São Paulo: Liberdade, 1989.

⁶ REIMÃO, Sandra. Repressão e resistência: censura a livros na ditadura militar. São Paulo: Edusp, 2011.

⁷ RIOS, Cassandra. Copacabana – Posto 6 – A Madrasta. Rio de Janeiro: Mundo Musical, 1972. p. 51.

Censura e moralidade

A institucionalização da censura, um dos aspectos mais evidentes de um estado autoritário, em sua busca por reprimir tudo o que fosse definido como ilegal, estruturava-se a partir de leis e proibições construídas a partir de um determinado perfil de cidadão ideal⁸, o que incluía a defesa a um modelo específico de sexualidade. O decreto Lei 1077 de 1970 apresentava, em seu preâmbulo, quase que exclusivamente argumentos morais para justificar o estabelecimento da censura prévia no país.

CONSIDERANDO que a Constituição da República, no artigo 153, § 8º dispõe que não serão toleradas as publicações e exteriorizações contrárias à moral e aos costumes;

(...)

CONSIDERANDO que o emprego desses meios de comunicação obedece a um plano subversivo, que põe em risco a segurança nacional.

DECRETA:

Art. 1º Não serão toleradas as publicações e exteriorizações contrárias à moral e aos bons costumes quaisquer que sejam os meios de comunicação.

Pode-se pressupor como estas concepções moralizantes impactavam as análises feitas pela Censura sobre a divulgação midiática de revistas e de livros – como os de Cassandra Rios – que envolvessem atos e desejos sexuais. Sem dúvida tratava-se da imposição estatal de determinada ideia de família e sexualidade, inclusive devido à explícita ação da censura, mas seria equivocado afirmar que não concordava com os princípios morais defendidos por boa parte da sociedade brasileira no período. “Malu Mulher” só pôde ir ao ar após o abrandamento da censura a partir de finais dos anos 70 (embora não sem restrições pontuais e negociações) e, mesmo assim, seu conteúdo foi considerado controverso porque confrontava concepções do regime militar e de parte da sociedade sobre papéis sociais de gênero, sexualidade e conjugalidade. E a mesma Regina Duarte havia sido Ritinha na novela Irmãos Coragem no início da década – boa moça, casta, trabalhadora –, que concordara em casar com Duda Coragem apenas porque, em sendo solteira, havia passeado à noite com ele. Não há qualquer eufemismo, aqui: a novela deixava claro que ficaram conversando e olhando as estrelas. Os telespectadores não receberam o casamento forçado que se seguiu como uma violação aos direitos femininos ou ao livre controle da personagem sobre seu corpo e destino;

⁸ KUSHNIR, Beatriz. Cães de guarda: jornalistas e censores do AI-5 à Constituição de 1988. Tese de doutorado em história. Campinas: Unicamp, 2001.

como um infortúnio, certamente, mas nada que contrastasse com o que se pensava sobre a mulher e sua honra. Restava torcer para o novo casal.

Para o regime militar, uma definição do que era ou não obsceno se fazia particularmente importante. Afinal, dentro da lógica dos governantes do período, a obscenidade obedecia “a um plano subversivo” que punha “em risco a segurança nacional”. “A conquista lésbica” de Copacabana Posto 6 seria, assim, atentatória ao modelo de sexualidade dominante e, portanto, de sociedade, desejado pelos militares.

Pois não era sequer necessária a presença de sexo explícito para que Cassandra Rios fosse considerada “pornográfica”. Era a simples presença do lesbianismo que acabava por determinar a obscenidade da obra. Especialmente considerando-se que as descrições de Cassandra Rios apresentam a consciência, tanto da autora quanto da personagem, de que a prática era considerada uma “perversão”; e, mais do que isso, em crescimento:

Outra! Era mais outra! Em todo canto as encontraria. Era um clã que se identificava misteriosamente e ia crescendo, aumentando, como se todas as mulheres do mundo estivessem sujeitas a determinado feitiço. O feitiço daquela perversão!⁹

Se seguirmos a definição do antropólogo Bernard Arcand, a caracterização do que é considerado pornográfico ou obsceno em uma sociedade não parte de dados objetivos, mas é relativa a um contexto social e cultural específico: é a ausência do contexto considerado adequado para a apresentação ou prática do sexo que determinará se um livro, uma imagem, uma prática, serão considerados pornográficos¹⁰. E, para o regime militar, bem como para parte do pensamento conservador nacional do período, este contexto ideal era aquele da conjugalidade heterossexual, com fins prioritariamente procriativos.

Uma concepção de pornografia que era, aliás, repudiada pela própria Cassandra Rios: “há um erro primordial, principal, virulento e asqueroso, que não posso aceitar de pessoas que têm o dever de interpretar fielmente o que é pornografia – é prostituição impressa, o ensino de práticas imorais”¹¹.

⁹ RIOS, Cassandra. Copacabana – Posto 6 – A Madrasta. Rio de Janeiro: Mundo Musical, 1972. p. 146.

¹⁰ ARCAND, Bernard. El Jaguar y el Oso Hormiguero: antropología de la pornografía. Buenos Aires: Nueva Visión, 1991.

¹¹ Censura: Cassandra e Adelaide, autoras de 39 livros proibidos. São Paulo: Folha de S. Paulo, 20/6/1977. Caderno Ilustrada p. 1.

Além disso, caracterizar certas obras como pornográficas relaciona-se a determinado sucesso editorial, pois, como afirma Abreu, a diferenciação entre “erótico” e “pornográfico” passa também por uma questão social¹². O sucesso comercial de Cassandra Rios revela que suas obras eram de agrado de uma grande parcela da população: na ficcional distinção entre “cultura erudita” e “cultura popular”, Rios era identificada à última. E se o medo da sexualidade das massas é algo historicamente persistente, o erotismo presente nas obras da Cassandra Rios afirmava-se como algo a ser temido e repudiado.

Não se pode esquecer, ainda, que Cassandra Rios escrevia em um momento em que a homossexualidade não era apenas considerada um desvio de conduta, mas uma doença. Desde o século XIX, as concepções médicas a respeito da naturalização dos papéis de gênero e da adequada prática sexual para homens e mulheres ditavam normas, denunciavam comportamentos desviantes e anunciavam os perigos provocados por práticas não socialmente sancionadas. E, desde os anos 1960, no Brasil, o constante questionamento às normas tradicionais de sexualidade, e a busca por vivências eróticas alternativas – processo que acabará por produzir, na década seguinte, a chamada “revolução sexual” – exigia de forma urgente o posicionamento de um amplo número de especialistas: psicólogos, psiquiatras, sexólogos, psicanalistas que, aproveitando-se da legitimidade construída pela medicina, afirmavam sobre a naturalidade ou perversidade dos comportamentos sexuais.

A homossexualidade era claramente um destes desvios. Desde o século XIX, quando passou a ser diagnosticada como uma doença do desejo sexual pelo médico alemão Kraft-Ebbing, o comportamento homossexual tornava-se parte da preocupação dos pais, que deveriam preveni-lo nas crianças, e da sociedade, que deveria buscar curar (quando possível) e combater (sempre que necessário) sua expressão. Uma literatura que advogasse a homossexualidade e, mais do que isso, a introduzisse no cotidiano da vida brasileira, como fazia Cassandra Rios, difundiria comportamentos considerados claramente doentes e, mesmo, abjetos.

Lesbianismo e a perseguição a Cassandra Rios

¹² ABREU, Nuno Cesar. O olhar pornô: a representação do obsceno no cinema e no vídeo. Campinas, SP: Mercado das Letras, 1996.

Escrevendo sobre a identidade homoerótica feminina em quase todos os seus cinquenta livros, Cassandra Rios, pseudônimo de Odete Rios (1932-2002), teve imensa inserção no mercado editorial brasileiro. Suas obras alcançavam recorrentemente a marca dos 300 mil exemplares, em diversas edições. Foi uma das primeiras autoras brasileiras a vender 1 milhão de livros.

A polêmica advinda de seu sucesso editorial chamou atenção dos censores em relação à sua obra. Em 1956, seu livro *Eudemônia* recebeu dezesseis processos judiciais. A peça de teatro baseada no romance não pode estrear. No período de 1964-1979 essas perseguições foram intensificadas. A acusação principal era de que seus livros seriam um “incentivo” ao homossexualismo. Suas histórias exaltavam esse estilo de vida e por isso eram “subversivas”.

O repúdio à expressão lésbica da literatura de Cassandra Rios era algo mais do que simples rejeição a uma orientação sexual específica. A moralidade presente no pensamento conservador do regime militar não se dissociava de sua visão de mundo e de sociedade e participava da preocupação do Estado com a vida de seus cidadãos. A busca pela melhoria da saúde e da riqueza nacionais passava pela uniformização de seus membros e isso incluía sua vida sexual, que deixava de ser uma questão apenas moral para se tornar, também, política. Por isso, o esforço do governo militar sobre o controle da sexualidade da população não se limitou à censura da mídia: a pílula anticoncepcional, por exemplo, teve sua venda restrita no país a partir de seguidas portarias publicadas na década de 70, em que se procurava sistematicamente dificultar o acesso das mulheres ao medicamento.

E a atuação do Estado também se fez presente de maneira positiva: para construir a sexualidade desejada, os manuais de Educação Moral e Cívica buscavam reforçar modelos tradicionais familiares que será tida, durante o século XX, como “tradicional”. Com papéis de gênero bem delimitados, concordava, em seus elementos mais importantes, com o modelo cristão – onde fundamentalmente se estruturava –, fazendo como que parte do currículo escolar ensinasse às crianças o que deveria ser um marido, um homem, uma esposa, uma mulher, ou filhos.

Perseguir os livros de Cassandra Rios significava, desta forma, defender determinado tipo de sexualidade e de sociedade. Os atentados a banca de revistas, que começaram em 1979, demonstra de forma clara como a moralidade e a política estavam intimamente associadas a uma determinada visão de mundo. Afinal, para grupos

paramilitares que reclamava a autoria dos ataques¹³ – como o Comando de Caça aos Comunistas, a Falange Pátria Nova, os Vigilantes da Pátria, as Brigadas Moralistas¹⁴ – a sexualidade livre e o pensamento comunista eram questões indissociáveis, e o avanço de ambos representava desagregação social. Assim, nas ameaças lançadas às bancas, a questão da moralidade aparece com alguma frequência como a única motivação; em outras, como um dos motivos principais para os ataques. Após o incêndio de uma banca em Niterói, em agosto de 1980, o autodenominado CCS, Comando de Caça aos Comunistas de Santos, justificava que sua ação era contra “o aumento da propaganda comunista e da literatura erótico-pornográfica em nosso País”. Em seu *índex* de publicações proibidas estavam oito de cunho político – Coojornal, Preto no Branco, Hora do Povo, Em Tempo, Pasquim, Movimento, Voz da Unidade, Voz Operária e Convergência Socialista – e 12 pornográficas – duas voltadas ao público homossexual, O Lampião e Jornal do Gay, e dez ao heterossexual: Ele e Ela, Playboy, Lui, Status, Privê, Rose, Personal, Confissões, Eros e Fiesta. A nota finaliza que estavam também proibidas “demais revistas que tratem de assuntos erótico sexuais”¹⁵.

A homossexualidade descrita por Cassandra Rios era ainda mais especialmente ofensiva. Em primeiro lugar, porque não levava, necessariamente, à infelicidade: muitas obras de conteúdo sexual e erótico durante o regime militar foram aprovadas, porque a sexualidade apresentada levava à ruína dos personagens, o que acabava sendo vista com bons olhos pela censura. Mas, além disso, as vivências lésbicas apresentadas em suas obras são diversas daquele modelo estereotipado presente nas críticas da censura.

Engraçado o mundo! A sociedade! O homem! A mulher! E ela: a lésbica! Enfim, o convencimento, a segurança, a certeza para a definição da personalidade estabelecida, do caráter, da moral e do que ela era: Homossexual!¹⁶

A multiplicidade de personagens lésbicas, diferentes entre si em suas várias obras, confrontava o modelo de sexualidade estabelecido. Cabia, inclusive, críticas aos próprios modelos lésbicos do período:

¹³ CHIRIO, Maud. A política nos quartéis: Revoltas e protestos de oficiais na ditadura militar brasileira. Rio de Janeiro: Zahar, 2012. p. 188.

¹⁴ Segundo Trevisan, “nunca se instaurou nenhum inquérito para apurar donde provinham e quem eram os integrantes de tais grupos”. TREVISAN, João Silvério. Devassos no Paraíso: a homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade. Rio de Janeiro: Record, 2004. p. 346.

¹⁵ “Em Niterói, outra banca é incendiada”. Folha de S. Paulo, 4 de Agosto de 1980, p. 4.

¹⁶ RIOS, Cassandra. Mutreta. São Paulo: Edições MM, 1972. p. 27.

Masculinizada, colete, calça de brim, camisa xadrez, cabelos lisos, alta, bonita, mas o tipo da metida a machona, insultando com seu aspecto os ignorantes no assunto, ou melhor, dizendo, assustando com seu jeitão de falsa displicência. Logo percebi que ela não sabia realmente o que significa ser homossexual e brincava de ser homem¹⁷.

A protagonista que dá título a esta obra, Anastácia, é inclusive retratada como uma psicótica, e apresentada como assassina de suas próprias namoradas.

Não há dúvidas em relação aos objetivos da censura na perseguição às obras de Cassandra Rios, ou as ações de ameaça a donos de bancas de revistas por um grupo que se autodenomina “Brigadas Moralistas”. A associação de ideias que os fundamenta pode ser ingênua: a instituição mais importante de uma sociedade é a família; para que ela exista, o sexo deve ser só conjugal; Cassandra Rios publica histórias de sexo não conjugal e não-heterossexual; as pessoas leem os livros e, não tendo discernimento, agem de acordo como que está publicado; promiscuidade e desagregação familiar crescem; a nação é desestabilizada; portanto, que se proíba Cassandra Rios. Mas não é por esta simplicidade (ou, talvez, seja justamente por ela) que deixava de ser menos perigosa.

Conclusões

Cassandra Rios, em vários momentos, procurou negar que sua intenção fosse, de alguma maneira, servir como porta voz política ou artística às sexualidades desviantes, particularmente a lésbica.

E mais, pra falar a verdade bem dura e crua, os meus livros não são bulas, não existe essa de falsear alertas e mensagens [...] Meus livros são apenas romances! Não dão exemplo exemplificando nada [...] Será o leitor, dependendo de como ele é, que encontrará o que quer que procure, não só nos meus livros, mas em qualquer outro.

Mostro nestes livros que entre os tipos homossexuais normais existem sim, os anormais, – mas não escrevi com intenção nenhuma, só escrevi, como escrevi muito mais de outros gêneros¹⁸.

No entanto, muitas vezes era desta maneira que seus livros eram recebidos. E, sem dúvida, para os censores, seus livros eram nada menos instrumentos de divulgação de práticas que, consideradas do ponto de vista de modelos tradicionais de sexualidade, poderiam subverter, corromper, perverter a ordem social.

¹⁷ RIOS, Cassandra. Rio de Janeiro: Record, 1982. p. 142.

¹⁸ RIOS, Cassandra. Mezzamaro, flores e cassis: o pecado de Cassandra. São Paulo: Cassandra Rios Editora, 2000. p. 107.

Em finais de maio de 1975, organizaram-se em vários estados brasileiros a “semana educacional”, estimulada pelo regime militar para celebrar a instituição escolar e seu papel na formação de novos cidadãos. O diretor do Instituto Grão-Pará, de Belém, Célio Feitosa, empenhou-se em organizar eventos lúdicos e que permitissem a integração entre alunos, professores e a comunidade local. O momento mais importante das festividades foi justamente seu encerramento, com a execução de uma grande “queima comemorativa”, e da qual participaram professores e alunos: todos, reunidos no interior do instituto, empenharam-se em queimar cerca de mil livros considerados, de acordo com a opinião do diretor, “sem qualquer valor literário”¹⁹. Eram livros de “crimes, ódio, sexo” e, de uma maneira geral, classificados como pornográficos. Entre os autores incinerados comemorativamente destacavam-se o estadunidense Henry Miller e a brasileira Cassandra Rios.

Esta, porém, não era apenas a atitude isolada de um diretor entusiasmado. Na verdade, à identidade das concepções conservadoras a respeito da sexualidade entre o diretor e a censura do regime militar, adiciona-se a semelhança dos atos. Afinal, a incineração era o destino final das obras apreendidas durante o Regime Militar: segundo determinava a lei, após 120 dias dos livros serem apreendidos, o Estado se encarregava de sua destruição pelo fogo, como uma última cena – talvez menos festiva, mas igualmente significativa – do ritual da censura²⁰.

Não era sempre, porém, isso ocorria. Em sua autobiografia *Mezzamarro – Flores e Cassis*²¹, Cassandra Rios descreve que muitas de suas obras depois de apreendidas em gráficas eram redistribuídas em bancas de jornal. A autora perdia o controle sobre os direitos autorais, mas suas histórias ainda eram lidas.

Entretanto, ainda em 1980, alguns atentados contra bancas de jornais em São Paulo e no Rio de Janeiro denunciavam que a guerra contra a “subversão” pornográfica continuava. Embora denunciando as explosões de extremistas contra as bancas de jornal, o ministro da Justiça do período reafirmava que o governo defendia a moral e os bons costumes e que a censura ainda estava vigente no país²².

¹⁹ Queima comemorativa. Rio de Janeiro: Opinião, 30/5/1975. p. 2

²⁰ Livro apreendido vai para a fogueira. Rio de Janeiro: Jornal do Brasil, 28/5/1977. p. 6.

²¹ RIOS, Cassandra. *Mezzamarro – Flores e Cassis*, São Paulo: Cassandra Rios Editora, 2000, p.391.

²² Governo Defende a moral e os bons costumes. Rio de Janeiro: Jornal O Globo, 07/08/1980, p. 8

Analisar as representações na mídia da obra de Cassandra Rios, durante o período do regime civil-militar, permite compreender, portanto, que a exclusão de determinadas formas literárias relacionava-se à rejeição de determinadas corporalidades – no caso, a lésbica. E que esta exclusão e rejeição partiam de um determinado modelo de sociedade (compartilhados pelo regime e por parte importante do pensamento conservador do período) que não incluía sexualidades consideradas desviantes. Queimar Cassandra Rios na fogueira, ainda que simbolicamente, era buscar tanto a purificação quanto a extinção às cinzas de possíveis vivências eróticas vistas, então, como pornográficas, obscenas e indignas.

Referências bibliográficas

- ABREU, Nuno Cesar. **O olhar pornô: a representação do obsceno no cinema e no vídeo**. Campinas, SP: Mercado das Letras, 1996.
- ARCAND, Bernard. **El Juaguar y el Oso Hormiguero: antropología de la pornografía**. Buenos Aires: Nueva Visión, 1991.
- GREEN, James N. & QUINALHA, Renan. (org.). **Ditadura e homossexualidades: repressão, resistência e a busca da verdade**. São Carlos: EduFSCar, 2014.
- KUSHNIR, Beatriz. **Cães de guarda: jornalistas e censores do AI-5 à Constituição de 1988**. Tese de doutorado em história. Campinas: Unicamp, 2001.
- REIMÃO, Sandra. **Repressão e resistência: censura a livros na ditadura militar**. São Paulo: Edusp, 2011.
- RIOS, Cassandra. **Eudemônia**. São Paulo: Edições Skipper, 1959.
- _____. **Copacabana Posto 6 – A Madrasta**. São Paulo: Mundo Musical, 1972.
- _____. **Censura: Minha luta meu amor**, São Paulo: Global, 1977.
- _____. **Mezzamarro – Flores e Cassis**. São Paulo: Cassandra Rios Editora, 2000.
- SILVA, Deonísio. **Nos bastidores da censura: sexualidade, literatura e repressão pós-64**. São Paulo: Liberdade, 1989.

Periódicos:

- Folha de S. Paulo, 20/6/1977. p.1
- Jornal do Brasil, 8/8/70. 1º caderno, p. 7.
- Jornal do Brasil, 28/5/1977. p. 6
- Jornal O Globo, 07/08/1980, p. 8
- Opinião, 30/5/1975. p. 2